



Práticas Interventivas do Psicólogo Escolar na Escolarização de Crianças com Autismo: Uma Revisão de Literatura

Emilly Marinho Pessoa¹; Karoline Giele Martins de Aguiar²

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) trata-se de uma deficiência de desenvolvimento que causa prejuízos na comunicação e na interação social do indivíduo. Por conta disso, é essencial a intervenção de uma equipe qualificada para o desenvolvimento dessas áreas, incluindo o psicólogo escolar para auxiliar na escolarização de crianças com autismo. Para o levantamento de dados, foram utilizadas as bases de dados CAPES, Lilacs, PePSIC e SciELO, com trabalhos publicados entre os anos de 2016 e 2021. O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, a partir de uma revisão de literatura, com o enfoque exploratório, tendo como objetivo identificar na literatura as intervenções do psicólogo escolar voltadas para a escolarização de crianças portadoras de TEA. Os resultados sugerem que a presença do psicólogo escolar é benéfica para a escolarização de crianças com autismo, além disso, é essencial para a instrumentalização dos agentes educacionais com relação ao transtorno.

Palavras-chave: Autismo; Prática em Psicologia; Intervenção precoce na escola

Interventive Practices Of School Psychologists in Schooling of Children with Autism: A literature Review

Abstract: The Autistic Spectrum Disorder (ASD) is a developmental deficiency that damages the individual's communication and social interaction. Because of this, the intervention of a qualified team for the development of these areas is essential, including the school psychologist to assist in the schooling of children with autism. For data collection, the CAPES, Lilacs, PePSIC and SciELO databases were used, with works published between the years 2016 and 2021. The study is a bibliographical research of a qualitative nature, based on a review of literature, with an exploratory focus, aiming to identify in the literature the interventions of the school psychologist aimed at the schooling of children with ASD. The results suggest that the presence of a school psychologist is beneficial for the schooling of children with autism, in addition, it is essential for the instrumentalization of educational agents regarding the disorder.

Keywords: Autism; Practice in Psychology; Early intervention at school

¹Acadêmica curso de Psicologia - Universidade Ceuma. Imperatriz – Ma. Emillymarinho02@hotmail.com

²Psicóloga, Doutoranda e Mestre em Psicologia Clínica, especialista em Saúde Mental e especialista em Avaliação Psicológica. Docente curso de Psicologia, Universidade Ceuma - Imperatriz - Ma. karol.giele@hotmail.com.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tornou-se objeto de estudo de diversos pesquisadores há várias décadas. Segundo a classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION, 2014), o autismo trata-se de uma deficiência de desenvolvimento que causa prejuízos recorrentes em diversos contextos que envolvem a comunicação e a interação social do indivíduo, bem como déficits em habilidades de desenvolvimento e sustentação de relações sociais. Além disso, o transtorno também causa intercorrências em alguns comportamentos, como padrões nas ações e repetições na execução das mesmas, fazendo com que o indivíduo mantenha seu interesse e atenção focados em determinadas atividades (APA, 2014).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), 01 em cada 160 crianças tem o diagnóstico de TEA. Por meio de um estudo realizado entre os anos de 2009 e 2017 nos Estados Unidos, pelo *Center for Disease Control and Prevention* (Centro de Controle e Prevenção de Doenças - CDC), com 88.530 crianças de idades entre três e dezessete anos, percebeu-se que 17% dessas crianças foram diagnosticadas com deficiência do desenvolvimento. Partindo desse resultado, obteve-se um levantamento de que cerca de 1,1% a 2,5% dessas crianças recebeu o diagnóstico de autismo (CDC, 2019).

No contexto brasileiro, ainda não há dados estimados sobre essa temática, considerando que não há um levantamento oficial da quantidade de pessoas com autismo no país. Entretanto, conforme citam Sampaio e Farias (2020), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará pela primeira vez este levantamento do público autista mediante a Lei 13.861/2019. Tal Lei torna, a partir de sua promulgação, obrigatória a inclusão das características do TEA nos censos demográficos realizados (BRASIL, 2019).

Rodrigues, Fonseca e Silva (2008), citam que o termo “autista” é de origem grega, derivado da palavra *autós*, que significa o indivíduo sendo ele próprio. De acordo com Kaplan, Sadock e Grebb (1997), as características do autismo foram analisadas pela primeira vez pelo médico pediatra Kanner, em 1943, quando realizou um estudo com 11 crianças consideradas como indivíduos portadores de características peculiares. Kanner identificou determinados traços nessas crianças, ressaltando as dificuldades de comunicação e relacionamentos, bem como certo fascínio por determinadas coisas ou rituais repetitivos.

Kaplan, Sadock e Grebb (1997) ainda citam que por conta dos estudos de Kanner com crianças, suscitou o termo “autismo infantil precoce”. Conforme caracteriza a décima revisão

da Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1993), o autismo infantil trata-se de uma alteração ou anormalidade no desenvolvimento da criança que manifesta-se até os três anos de idade. Enfatizando alguns estudos, Klin (2006) afirma que a incidência de autismo é mais comum em meninos, porém, nas meninas os prejuízos no funcionamento intelectual são maiores.

De acordo com Klin (2006), não existem dados concretos que possam identificar o motivo do autismo ser mais comum em meninos e mais severo em meninas. Contudo, o autor afirma que existe uma teoria de que para uma criança do sexo feminino ter autismo, seria necessário um prejuízo cognitivo mais grave. Partindo dessa teoria, o autor supracitado apresenta a hipótese de que o autismo é uma condição genética que pode estar ligada ao cromossomo X, considerando que as mulheres possuem cromossomos sexuais XX, e os homens XY. Nesta linha de raciocínio genética, as mulheres podem ter um prejuízo cognitivo mais grave, mas ainda assim os homens são mais vulneráveis a uma disfunção cerebral (KLIN, 2006).

Segundo Mello (2007), o autismo possui causas ainda não conhecidas, mas que podem ter origens genéticas, e acrescenta que a causa possa ter ligação com alguns fatores que possam ter ocorrido ao longo da gestação ou até mesmo durante trabalho de parto. Analisando esta última sentença, é essencial que no período gestacional a mulher tome os devidos cuidados para com sua saúde e, conseqüentemente, com desenvolvimento de seu bebê. De acordo com Melere *et al.* (2013) o período gestacional demanda um aumento das necessidades nutricionais, e uma alimentação saudável e adequada interfere diretamente na saúde da mãe e do bebê. Ainda relacionado aos cuidados gestacionais, Mello (2007), cita que as gestantes devem ser bem cautelosas quanto a ingestão de substâncias psicoativas, álcool, remédios e produtos químicos.

Tratando-se ainda sobre a idade de manifestação do autismo, Klin (2006) afirma que o início de tal transtorno sempre ocorre antes dos três anos de idade, relatando, igualmente, que por conta do não desenvolvimento da linguagem e comunicação da criança, os pais e/ou responsáveis passam a preocupar-se. Tal angústia por parte dos pais inicia-se por volta dos 12 ou 18 meses de vida, e intensifica-se por volta dos três anos. Através da preocupação dos pais e/ou responsáveis, surge o diagnóstico de TEA.

O diagnóstico é possível através de intervenção profissional, realizada por meio de entrevistas com pais, responsáveis ou pessoas próximas a esses pequenos indivíduos, e também por meio de observações e análise comportamental da criança. O diagnóstico clínico acontece

após a atuação de diversos profissionais, como psicólogos, pedagogos e médicos fonoaudiólogos (VIEIRA; BALDIN, 2017).

O determinado diagnóstico interfere diretamente na dinâmica das famílias. Segundo Rodrigues, Fonseca e Silva (2008), o autismo acarreta em ruptura familiar, afirmando que, por conta disso, é imprescindível o preparo dos pais e a ação de profissionais qualificados, corroborando em estratégias de enfrentamento mais adequadas e adaptáveis à realidade de cada indivíduo. Tais estratégias podem influenciar no desenvolvimento e desempenho cognitivo e social da criança com autismo.

Considerando a atuação do profissional de Psicologia, especificamente do psicólogo escolar, Del Prette (1999) levanta algumas alternativas essenciais de conduta deste profissional no contexto escolar, como: o auxílio na elaboração de projetos pedagógicos; a avaliação dos alunos de acordo com o projeto pedagógico; intervenções relacionadas às relações interpessoais, habilidades educacionais e emocionais dos alunos em sala de aula; promover alternativas de atendimento e integração de alunos com necessidades educacionais especiais; intervenções junto aos pais; orientações e desenvolvimento de habilidades profissionais dos professores; diagnóstico e encaminhamento de casos que dizem respeito às queixas escolares, entre outras.

Conforme citam Vokoy e Pedroza (2005), o psicólogo escolar deve estimular os professores a tornarem-se mais ativos no processo de ensino-aprendizagem. Segundo os autores, o psicólogo escolar deve atuar junto às crianças, além de outros públicos, promovendo espaços para que esses indivíduos se expressem com relação às suas dificuldades educacionais. Salienta-se que a atuação desse profissional não se restringe a um modelo psicométrico e clínico, que prioriza o diagnóstico e tratamento.

O interesse pelo tema surgiu através da necessidade de investigar em diferentes publicações da área da Psicologia Escolar as intervenções que o psicólogo escolar pode executar para auxiliar no desenvolvimento educacional de crianças com autismo, visto que o determinado transtorno pode interferir neste processo.

Por conta disso, justifica-se um olhar atento sobre a atuação do psicólogo escolar na realidade de crianças com autismo, considerando que este estudo possa vir a ofertar informações às famílias, escolas, profissionais da educação e da Psicologia, bem como promover reflexões de tais classes acerca da atuação profissional neste contexto. Partindo disso, o objetivo geral deste estudo é identificar na literatura as intervenções do psicólogo escolar voltadas para a escolarização de crianças portadoras de TEA. Os objetivos específicos incluem descrever os

tipos de intervenções encontradas na literatura e seus objetivos, além de identificar quais agentes educacionais o psicólogo escolar pode orientar com relação à temática, considerando que estes podem contribuir no desenvolvimento e desempenho escolar de tais crianças.

Método

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, a partir de uma revisão de literatura, com enfoque exploratório, considerando que os dados foram coletados por meio de um levantamento de pesquisas científicas. Um estudo com essa natureza é feito com o intuito de desvendar ou aprimorar conteúdos já explanados através de análise e descrição de situações (SAMPIERI, 2006).

Procedimentos

A coleta de dados ocorreu por meio da pesquisa às bases de dados: CAPES, Lilacs, PePSIC e SciELO, através dos descritores da base DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) “Autismo”, “Prática em Psicologia”, “Psicologia Educacional” e “Escolaridade”. Os critérios de inclusão foram: artigos com resumos em português que abrangessem a temática e com datas de publicação com um período de até cinco anos, considerando os trabalhos publicados entre os anos de 2016 e 2021. Foram encontrados 99 artigos, sendo excluídos os estudos que não contemplavam os objetivos da pesquisa e os que encontravam-se repetidos nas bases de dados.

Análise de dados

O desenvolvimento de análise desse estudo se deu através de três etapas: (1) Pré-análise, onde em um primeiro momento foi realizada a leitura simplificada dos resumos dos estudos que abrangiam a temática de autismo, sendo assim levantados 14 artigos; (2) Análise do material, realizando-se a leitura mais profunda dos estudos, obtendo-se um total de 05 artigos para a composição desse estudo; e (3) Interpretação dos resultados levantados.

Resultados

O estudo em questão analisou em diferentes publicações as intervenções realizadas pelo profissional da Psicologia Escolar que podem vir a auxiliar na escolarização de crianças com autismo. Em detrimento disso, foram encontrados 99 artigos, sendo 61 artigos na base de dados CAPES, 15 artigos na base Lilacs, 02 artigos na base PePSIC e 21 artigos na base SciELO referentes à temática. No entanto, após a leitura na íntegra dos dados encontrados e a partir da aplicação dos critérios utilizados, foram excluídos 94 artigos, restando apenas 05 para a composição desse estudo. Os artigos escolhidos estão dispostos na tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Artigos levantados

<i>Título</i>	<i>Autores</i>	<i>Ano de publicação</i>	<i>Base de dados</i>
Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico	Martins e Monteiro	2017	SciELO
Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual	Benitez e Domeniconi	2018	SciELO
Possibilidades de intervenção do psicólogo escolar na educação inclusiva	Andrada <i>et al.</i>	2018	PePSIC
Atividades aplicadas pelos pais para ensinar a ler a crianças com autismo	Menotti, Domeniconi e Benitez	2019	SciELO
Uso de histórias sociais em sala de aula para crianças com autismo	Silva, Arantes e Elias	2020	SciELO
<i>Total</i>			<i>05 artigos</i>

Fonte: Dados da autora, 2021.

Considerando os trabalhos citados na tabela 1, pôde-se inferir que o estudo de Andrada *et al.* (2018) trata-se de uma pesquisa bibliográfica, enquanto que os estudos de Martins e Monteiro (2017); Benitez e Domeniconi (2018); Menotti, Domeniconi e Benitez (2019); Silva, Arantes e Elias (2020), tratam-se de pesquisas empíricas. Após a análise incisiva

destes materiais, foi possível mapear as intervenções realizadas pelo psicólogo escolar frente ao autismo, sendo obtidos os dados apresentados na tabela 2.

Tabela 2 - Mapeamento de intervenções do psicólogo escolar

<i>Autores (Ano)</i>	<i>Criança com TEA (sexo/idade)</i>	<i>Agentes educacionais envolvidos</i>	<i>Intervenção/Método</i>	<i>Finalidade da Intervenção/Objetivo da pesquisa</i>
Benitez e Domeniconi (2018)	4 meninos e 1 menina/ 9 a 11 anos	Professores e Pais	Aplicação do ensino de palavras e capacitação dos agentes educacionais	Avaliar a aprendizagem de leitura e escrita das crianças e capacitar de pais e professores
Andrada <i>et al.</i> (2018)	-	-	Mapeamento de intervenções do psicólogo escolar e análise crítica de práticas de inclusão através da investigação em artigos	Comparação de informações e identificação de intervenções eficazes do psicólogo escolar que promovam a inclusão
Menotti, Domeniconi e Benitez (2019)	2 meninos e 1 menina/ 11 anos	Pais	Modelo da rede de relações monitorado pelos pais com uso de jogos	Ensino de leitura
Silva, Arantes e Elias (2020)	2 meninos/ 6 e 9 anos	Professores	Histórias Sociais	Ensino de comportamentos socialmente adequados e redução de comportamentos socialmente inadequados

Fonte: Dados da autora, 2021.

De acordo com os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2, e para a melhor compreensão do conteúdo, os resultados foram divididos em dois eixos, sendo eles: (a) intervenção do

psicólogo escolar junto às crianças com autismo e (b) instrumentalização e assessoria dos agentes educacionais (pais, professores e equipe pedagógica).

Discussões

a. Intervenção do psicólogo escolar junto às crianças

Com relação às características das crianças que participaram das intervenções dos estudos e através da análise de dados, foi possível observar a prevalência de crianças do sexo masculino, enquanto que o número de crianças do sexo feminino é menor. Corroborando com tal observação, Sifuentes e Bosa (2010) afirmam que o autismo é mais incidente em pessoas do sexo masculino, obtendo uma proporção de quatro meninos para cada menina.

Tratando-se de práticas interventivas, Andrada *et al.* (2018) realizaram um mapeamento das ações do psicólogo escolar com relação à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, sendo elas o apoio psicopedagógico através de atendimentos individualizados e escutas, e o trabalho com laudos. Tal instrumento é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar e fornecido às escolas pelos genitores, podendo auxiliar em um olhar individual e pedagógico para a necessidade da criança. Ainda, Andrada *et al.* (2018) destacam que o profissional da Psicologia deve ter cuidado ao utilizar o instrumento de diagnóstico, que pode vir a rotular a criança ou focar somente em suas limitações, mas pode também ser essencial para o desenvolvimento de estratégias de ensino adequadas à necessidade do indivíduo, bem como para a criação de benefícios sociais direcionados.

Com relação ao uso de laudos, concorda-se com Barbosa e Moreira (2009) que um diagnóstico pode ser um recurso importante para modificar o processo de ensino-aprendizagem, mas que o profissional deve tomar cuidado para não fazer disso um rótulo para o aluno com necessidades educacionais especiais. De acordo com Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcante (2016), é essencial a conscientização da classe dos psicólogos sobre suas contribuições na temática de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais, considerando que esses profissionais podem promover reflexões e ações junto à equipe escolar e os familiares acerca do assunto, visando romper a rotulação dessas crianças.

Martins e Monteiro (2017) destacam as filmagens como um recurso a ser utilizado pelo psicólogo escolar, com o intuito de analisar como as crianças autistas dão significado às suas interações sociais dentro da sala de aula, visto que a forma como esses sujeitos vivenciam

e significam tais relações podem influenciar no seu desenvolvimento e na qualidade de suas relações. De acordo com Martins e Góes (2013), a significação das interações entre crianças com autismo e seu meio social pode fazer com que a criança volte a atenção para si própria. Durante este processo, segundo os autores, a atuação de outros indivíduos é de importância para o desenvolvimento dessas crianças.

O processo de filmagem como o realizado no estudo de Martins e Monteiro (2017), segundo Belei *et al.* (2008), serve para reproduzir com espontaneidade o que foi pesquisado, observar características que podem passar despercebidas, analisar e avaliar interações entre indivíduos e ambiente, bem como avaliar habilidades e comportamentos, auxiliando no desenvolvimento de intervenções e levantamento de dados. Sendo assim, a utilização do recurso de filmagens pode auxiliar na prática do psicólogo escolar.

Tratando-se do processo de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais, Benitez e Domeniconi (2018) trazem o psicólogo como um pesquisador e um profissional que pode auxiliar no processo de leitura e escrita de crianças com autismo ou deficiência intelectual, atuando na aplicação de testes pedagógicos e atividades com ensino de sílabas e associação com figuras, possibilitando o desenvolvimento de intervenções que melhorassem as habilidades de leitura e escrita das crianças avaliadas.

Segundo Gomes e Souza (2016), através do uso de tarefas em avaliação é possível verificar a leitura de um indivíduo, inclusive se ele é capaz de relacionar figuras e palavras. A aprendizagem dessa relação acontece de forma indireta, sendo consequência das associações entre palavras e figuras. Dessa forma, é possível identificar que os testes pedagógicos e atividades podem nortear a prática do psicólogo escolar, auxiliando na identificação dos níveis de leitura e escrita, e no desenvolvimento de tais habilidades.

Ainda com relação ao ensino de leitura através de palavras e sílabas, Menotti, Domeniconi e Benitez (2019) realizaram um estudo para avaliar a eficácia do ensino através de jogos em crianças autistas com a atuação dos familiares, obtendo assim a conclusão de que a utilização de jogos baseados no estímulo e resposta pode ser fundamental na consolidação das atividades propostas e no aprendizado dessas crianças. Neste mesmo sentido, Tenório (2013) afirma que as atividades através de jogos podem fazer com que o processo de ensino seja mais fluido e agradável, minimizando assim os comportamentos aversivos no processo de ensino-aprendizagem. Destarte, a utilização de jogos desenvolvidos a partir da realidade escolar de crianças com necessidades educacionais especiais, no ensino de leitura, pode ser um recurso a ser utilizado pelo psicólogo escolar.

Considerando ainda o processo de ensino-aprendizagem de crianças portadoras de autismo, Silva, Arantes e Elias (2020) propuseram um estudo com a utilização de Histórias Sociais (HS) para o ensino de comportamentos adequados e redução dos inadequados. Tais autores obtiveram resultado positivo com relação ao método de intervenção, concluindo que as HS podem ser uma estratégia promissora na mediação de comportamentos, além de fáceis de serem desenvolvidas e aplicadas. Sendo assim, são excelentes recursos a serem utilizados na prática do psicólogo escolar, considerando sua praticidade, agilidade e eficácia. De acordo com Mousinho *et al.* (2010) as histórias servem para explicar possibilidades adequadas de comportamento em situações difíceis ou de birra para a criança.

b. Instrumentalização e assessoria dos agentes educacionais

De acordo com Togashi e Walter (2016) a capacitação realizada com os agentes educacionais tem o propósito de ofertar novos horizontes e avançar em conceitos e possibilidades de intervenções no âmbito escolar. Dessa forma, ao analisar os estudos, identificou-se unanimidade na ênfase dos benefícios da capacitação dos agentes educacionais (MARTINS; MONTEIRO, 2017; BENITEZ; DOMENICONI, 2018; ANDRADA *et al.*, 2018; MENOTTI; DOMENICONI; BENITEZ, 2019; SILVA; ARANTES; ELIAS, 2020).

Os agentes educacionais tratam-se dos professores de sala de aula, dos de educação especial e dos pais, onde o psicólogo é um agente de mudanças essencial na instrumentalização desses indivíduos, conforme citam Benitez e Domeniconi (2018). Os autores enfatizam que tal suporte por parte do psicólogo é muito importante para que esses agentes auxiliem na aprendizagem, ensino de palavras, leitura e escrita de crianças com autismo. O psicólogo escolar pode ser fundamental na capacitação dos agentes com relação às demandas deste contexto.

Tratando-se ainda sobre a prática interventiva do psicólogo escolar voltada para os agentes educacionais, Benitez e Domeniconi (2018) retratam em seu estudo a capacitação realizada pelo profissional da Psicologia voltada aos pais e professores de alunos portadores de autismo ou deficiência intelectual através de informações sobre como instruir e aplicar uma atividade, elogiar as respostas corretas, evitar apontar os erros das respostas ou responder a atividade pelo aluno. Sendo assim, os autores concluíram que a atuação do psicólogo no contexto educacional contribuiu na aprendizagem de leitura e escrita das crianças, com a colaboração dos agentes educacionais.

Menotti, Domeniconi e Benitez (2019) relatam a colaboração dos pais no ensino de leitura e escrita de crianças portadoras de autismo, com o auxílio de jogos informatizados e específicos para o processo de ensino, onde esses indivíduos beneficiaram o processo de aprendizagem após a capacitação realizada pelo profissional da Psicologia. A capacitação foi desenvolvida por meio de dicas de instrução sobre os jogos, reforço nas respostas de sucesso e evidenciação de erros nas respostas, seguida de dicas sobre como melhorar.

As crianças submetidas às intervenções descritas no estudo de Menotti, Domeniconi e Benitez (2019) obtiveram melhora na leitura e escrita, levantando indícios sobre a eficácia e relevância do uso de jogos na aprendizagem dessas crianças, principalmente quando são realizadas pelos pais. Dessa forma, é possível enfatizar a importância da atuação do psicólogo escolar na capacitação dos pais e professores de crianças com autismo, visto que o psicólogo pode ofertar instruções e utilizar recursos que auxiliam no desenvolvimento escolar das crianças, como jogos e atividades específicas, ensino de conceitos e explicações sobre o reforço com relação às tarefas, comportamentos e habilidades escolares.

Conforme citam Andrada *et al.* (2018), uma das ações mais comuns dos psicólogos que trabalham no contexto escolar é a promoção de reflexões direcionadas aos professores, à equipe escolar, aos familiares, entre outros. Os autores enfatizam o psicólogo pode ser um fomentador de discussões sobre inclusão escolar, além de ofertar informações aos componentes do quadro escolar, para que estes desenvolvam técnicas que enfoquem nos potenciais de alunos com necessidades educacionais especiais; capacitação da equipe pedagógica através de formação continuada, para que estes consigam acolher as crianças; e suporte na elaboração do plano pedagógico. Com relação aos pais, é comum a escuta e acolhida, buscando promover o rompimento dos pensamentos de que crianças com necessidades são incapazes de determinadas ações ou aprendizados.

Sendo assim, é válido destacar que uma importante ação do psicólogo escolar com relação às escolas e famílias de crianças com autismo, é a promoção de discussões sobre a inclusão escolar, visando romper barreiras incapacitantes ou limitantes.

Silva, Arantes e Elias (2020) descrevem o psicólogo como um agente de mudanças, considerando que as professoras do determinado estudo foram ensinadas pela profissional da Psicologia sobre reforçamento positivo e extinção, fazendo com que essas educadoras aumentassem as respostas de comportamentos adequados por parte das crianças através de diálogos, elogios e uso de Histórias Sociais. Através deste estudo, é possível observar que a atuação do profissional da Psicologia, no contexto escolar, é fundamental para a orientação e

capacitação de professores, visto que quando recebem as instruções adequadas, acabam executando comportamentos socialmente adequados e obtendo respostas mais positivas dos alunos.

De acordo com um estudo realizado por Benitez e Domeniconi (2014), através de uma capacitação realizada com os agentes educacionais por profissionais da Psicologia, observou-se que sua atuação, quando estão devidamente capacitados, favorece o processo de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais. Sendo assim, vale a pena ressaltar que a instrumentalização realizada pelo psicólogo escolar é crucial para a promoção de conhecimento dos agentes. Além disso, a atuação do profissional da Psicologia é benéfica para a promoção de práticas inclusivas e desenvolvimento educacional de crianças portadoras de TEA, corroborando com os tópicos abordados nesse estudo.

Considerações Finais

Os resultados sugerem que a presença do psicólogo escolar exerce influência positiva no processo de escolarização de crianças diagnosticadas com autismo, não restringindo sua atuação apenas a esses pequenos indivíduos, mas estendendo-se também à capacitação e instrumentalização de familiares e equipe pedagógica (professores e demais funcionários do quadro escolar) com relação ao transtorno. Sendo assim, a atuação na realidade das famílias e escolas de crianças com TEA surge como ponto relevante, pois sua eficácia na promoção de reflexões, mudanças e conhecimento, é potencialmente capaz de ser um fator positivo na escolarização, bem como na inclusão escolar de determinadas crianças.

Vale ressaltar que a quantidade de artigos encontrados que retratam a temática de autismo é consideravelmente abundante, entretanto o estudo apresentou limitações com relação à quantidade de artigos que relatam a prática do psicólogo escolar na escolarização de crianças com autismo e a capacitação dos agentes escolares. Contudo, é válido considerar que este é um campo em constante construção.

O estudo mostrou-se relevante para a compreensão de práticas interventivas do psicólogo escolar na escolarização de crianças com autismo e também na capacitação dos agentes educacionais envolvidos na realidade das mesmas. Desta forma, promove reflexões importantes com relação à formação do psicólogo para estar apto a atuar nessas demandas emergentes no contexto escolar, suscitando em uma necessidade de qualificação profissional e

no desenvolvimento de novas estratégias que levem a investigações, pesquisas e desenvolvimento de ações nesta realidade.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADA, Paula Costa de *et al.* Possibilidades de intervenção do psicólogo escolar na educação inclusiva. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 123-141, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202018000100010. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110110>. Acesso em: 4 abr.2021.

BARBOSA, Altemir José Gonçalves; MOREIRA, Priscila de Souza. Deficiência mental e inclusão escolar: produção científica em Educação e Psicologia. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 15, n. 2, p. 337-352, ago. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382009000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 maio 2021.

BELEI, Renata Aparecida. *et al.* O uso da entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação FaE/ PPGE/ UFPEl*, Pelotas, v. 30, p. 187-199, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1770>. Acesso em: 12 maio 2021.

BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília, v.20, n.3, p. 371-386, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NyzS3SDxgrwnRcSjLkzbg6v/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2021.

BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n.1, p. 163-172, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/YXH3vPxBBQqf3yqbdFT9nJK/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL. Lei n.º 13.861, de 18 de julho de 2019. Altera a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13861&ano=2019&ato=aaaoXV61keZpWT554>. Disponível em: 10 maio 2021.

BRAZ-AQUINO, Fabíola de Sousa; FERREIRA, Ingrid Rayssa Lucena; CAVALCANTE, Lorena de Almeida. Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão escolar. *Psicol. cienc. prof., Brasília*, v. 36, n. 2, p. 255-266, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/jxXzzcs9QhKWRJHgQYNgV4q/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. *Increase in developmental disabilities among children in the United States*. Center for Disease Control and Prevention, Atlanta, GA, sept. 2019. Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/developmentaldisabilities/features/increase-in-developmental-disabilities.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DEL PRETTE, Zilda A. Pereira. *Psicologia, educação e LDB: novos desafios para velhas questões? In: GUZZO, Raquel Souza Lobo (org.). Psicologia escolar: LDB e educação hoje*. Campinas: Alínea, 1999.

DEL PRETTE, Zilda A. Pereira; DEL PRETTE, Almir. *Psicologia das habilidades sociais na infância: Terapia e prática*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOMES, Camila Graciella Santos; SOUZA, Deisy das Graças de. Ensino de sílabas simples, leitura combinatória e leitura com compreensão para aprendizes com autismo. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 22, n. 2, p. 233-252, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/YDksnKK7Pb8vQFftSJhvDJt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2021.

KAPLAN, Harold Irwin; SADOCK, Benjamin James; GREBB, Jack A. *Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. 7. ed. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1997.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Rev. bras. psiquiatr.*, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. s3-11, maio 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNbHcsndB9Sf5ph5KBYGD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2020.

LAMPREIA, Carolina. Avaliações quantitativa e qualitativa de um menino autista: uma análise crítica. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 57-65, jun. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/bxbGSsQ7QyB5Tj7Vf3LGPYJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 nov. 2020.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. *O que pode fazer o psicólogo na escola?* Em aberto, Brasília, DF, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO_QuePodeFazer.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; GÓES, Maria Cecília Rafael de. Um estudo sobre o brincar de crianças autistas na perspectiva histórico-cultural. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 17, n. 1, pág. 25-34, junho de 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572013000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2021.

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 2, p. 215-224, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/mf9cTfSb6PWz4PxydXGBqj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MELERE, Cristiane *et al.* Índice de alimentação saudável para gestantes: adaptação para uso em gestantes brasileiras. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 20-28, fev. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/86gtXtqX3cdsC6hnmTQwtNP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. *Autismo: guia prático*. 6 ed. São Paulo: AMA, 2007.

MENOTTI, Ana Rubia Saes; DOMENICONI, Camila; BENITEZ, Priscila. Atividades aplicadas pelos pais para ensinar leitura para filhos com autismo. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 23, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/jnrvYPwgDGgbvb9Fy5SFp8f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MOUSINHO, Renata. *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. *Rev. psicopedag.* São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010. Acesso em: 10 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Artmed, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *TRANSTORNO do espectro autista*. OPAS/OMS, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RODRIGUES, Leiner Resende; FONSECA, Mariana de Oliveira; SILVA, Fernanda Ferreira. Convivendo com a criança autista: sentimentos da família. *Rev. Min. Enferm.* Minas Gerais, v. 12, e. 3, p. 321-327, jul./set. 2008. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v12n3a05.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SAMPAIO, Renata Kelly Oliveira; FARIAS, Gabriela Belmont de. *Biblioteca escolar inclusiva: análise acerca*

do transtorno do espectro autista. *Brazilian Journal of Information Science*. v. 14, n. 3, jul./set. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7586094>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia da pesquisa*. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SIFUENTES, Maúcha; BOSA, Cleonice Alves. Criando pré-escolares com autismo: características e desafios da coparentalidade. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 15, n. 3, p. 477-485, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/XQ8VgSvbKYXMqb5TYRkSHwL/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun.2021.

SILVA, Mirella Cassia da; ARANTES, Ana; ELIAS, Nassim Chamel. Uso de histórias sociais em sala de aula para crianças com autismo. *Psicologia em Estudo*, v. 25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/Xk54pKzCmPVFPxpG68zsV7q/?lang=pt#>. Acesso em: 27 abr. 2021.

TENÓRIO, Jacqueline Pimentel. *Programação e avaliação do ensino de leitura e escrita por meio de jogos educativos para crianças com dificuldades de aprendizagem*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3150>. Acesso em: 30 maio 2021.

TOGASHI, Cláudia Miharú; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 22, n. 3, p. 351- 366, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/tZTPdk6vY9sNgZvSwkvrzcn/?lang=pt#>. Acesso em: 1 jun. 2021.

VIEIRA, Neuza Maria; BALDIN, Sandra Rosa. Diagnóstico e intervenção de indivíduos com transtorno do espectro autista. In: *Encontro Internacional De Formação De Professores, 10. Fórum Permanente Internacional De Inovação Educacional*, 11, Sergipe. Anais eletrônicos [...] Sergipe: Universidade Tiradentes, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/4623/1709>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VOKOY, Tatiana; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Psicologia Escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação. *Psicol. Esc. Educ.*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 95-104, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cJQ5PvMWN36ctqJFvtN4jNK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

PESSOA, Emilly Marinho; AGUIAR, Karoline Giele Martins de. Práticas Interventivas do Psicólogo Escolar na Escolarização de Crianças com Autismo: Uma Revisão de Literatura. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Julho/2021, vol.15, n.56, p. 467-481,ISSN: 1981-1179.

Recebido: 15/03/2021;
Aceito: 30/03/2021.